

PRESSÕES INTERNACIONAIS SOBRE A EXPLORAÇÃO DE CAMARÕES E FLORESTAS NO BRASIL

Jacques Ribemboim*

RESUMO

O presente texto trata dos inter-relacionamentos entre competitividade econômica e meio ambiente que vigoram de forma cada vez mais determinante nas regras do comércio internacional. Num mundo em processo de globalização e onde as leis do mercado são cada vez mais prevaletentes, o número de competidores aumenta significativamente e as empresas que não estiverem prevenidas e devidamente aparatadas para o novo contexto podem estar fadadas ao rápido desaparecimento. Após algumas considerações iniciais sobre aspectos da globalização, do papel da OMC, e da série de normas ISO 14000, apresentamos o embargo norte-americano ao camarão brasileiro e algumas pressões sobre a indústria florestal do Brasil. O “caso do camarão” despertou enorme interesse nos meios diplomáticos e acadêmicos não pelas cifras envolvidas, relativamente pequenas, mas pelo caráter emblemático de que se revestiu esta questão, algo muito semelhante à do atum mexicano, ocorrida em 1994, envolvendo Estados Unidos e México. Por sua vez, a indústria florestal brasileira é apresentada pela sua importância e pela atenção que desperta entre ambientalistas de todo o mundo.

Algumas digressões iniciais

O Processo de globalização tão presente nas rotinas das economias modernas responde, em última instância, à evolução da tecnologia. Com meios de transportes e de telecomunicações cada vez mais eficazes, rápidos, e baratos, as trocas de informações, produtos e serviços entre cidades ou países tornou-se uma operação prosaica. Fica-se a imaginar como era possível, a poucos anos atrás, viver sem a fotocopiadora, o fax, o computador, a impressora, a TV a cabo, a Internet.

Esta eficiência dos meios de transportes e comunicações enfraquece as fronteiras políticas, as quais passam a ser vistas como um entrave ao comércio, tal qual o foram no período feudal. Burocracias simplificadas e desembaraços aduaneiros mais ágeis tornam-se imperativos para o aumento da competitividade das indústrias.

Talvez em resposta a esta espiral tecnológica tenha ocorrido a falência dos regimes socialistas do leste europeu. Os novos países que emergiram deste processo, bem menores do que os seus antecessores, procuram não somente uma maior identidade nacional mas também uma maior agilidade, flexibilidade, descentralização e eficiência do poder decisório.

E é neste sentido que muitos cientistas políticos acreditam na tendência irreversível ao enfraquecimento de fronteiras, ao arrefecimento do nacionalismo e à crescente mobilidade dos fatores de produção. O mencionado acirramento do

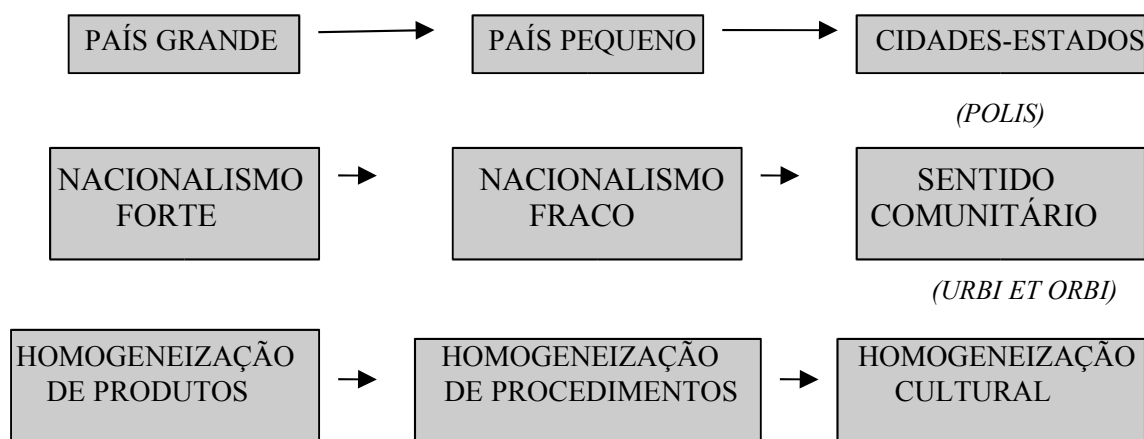
* Diretor de Defesa e Fiscalização Agropecuária da Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária de Pernambuco. E-mail: ribemboi@hotmail.com.br

nacionalismo em países recém ingressos na economia de mercado seria justificado pela sua impuberdade com relação às modernas práticas comerciais e poderia ser explicado como uma cópia do que fizeram no passado as economias hoje maduras.

Particularmente acredito que num mundo globalizado haveria sim, e talvez de forma um tanto paradoxal, uma procura dos indivíduos por uma maior identidade com os que lhes estão próximos. Assim, o desaparecimento de grandes fronteiras se daria por meio de um processo de “clivagem geopolítica”, uma acomodação às novas exigências econômicas, tendo como resultado o aparecimento e o fortalecimento de pequenas nações, ou cidades-estados, onde o contrato social seria mais ágil, flexível, eficiente, e sintonizado com o evolucionismo tecnológico.

A este processo de clivagem geopolítica adviria a homogeneização das diferentes culturas, línguas e raças, por meio de intensos mecanismos de troca física, humana e de informação, tal qual nas leis da termodinâmica, particularmente a lei da entropia, a qual, uma vez aplicada ao caldeirão cultural que é a Humanidade, projetaria para o futuro distante uma única raça, uma única língua, uma única classe social, uma única legislação abrangente.

Esquemáticamente teríamos:



Meio ambiente, mercados e competitividade global

Com o crescimento substancial da produção e consumo de bens materiais, os indivíduos depararam-se com dois problemas relativamente novos: a escassez crescente dos recursos naturais e ambientais e o aparecimento de externalidades negativas não protelatórias.

Por outro lado, motivados pela própria saturação de bens materiais, os grupos mais abastados, passaram a demandar produtos não convencionais, mais dosados do conteúdo espiritual, ético, afetivo. E dentre estes bens estão os ambientais.

A “demanda por meio ambiente” pode ser traduzida em aumento da conscientização das pessoas quanto à necessidade de se preservar e proteger quantidades razoáveis de Natureza e de se manter os espaços de convivência como lugares aprazíveis para se viver. Desta forma, as aspirações ambientalistas, que num primeiro momento voltavam-se exclusivamente para a fauna e a flora, passam a abranger muito mais coisas e a tornar-se mais “antropocêntricas”, objetivando, acima de tudo, a qualidade vida das gerações.

Vistos por este prisma, os bens ambientais podem portanto ser ofertados tanto de uma forma direta, parques e santuários ecológicos, por exemplo; quanto de uma forma indireta, onde a preservação e proteção ambiental encontram-se embutidas em um produto ou serviço qualquer.

Em decorrência, e fazendo-se uso da linguagem econômica, o novo contexto passou a ser o seguinte: pelo lado da oferta, os bens ambientais passaram a ser mais escassos e pelo lado da demanda, passaram a ser mais procurados. Como resultado óbvio, o preço desses bens aumentou significativamente.

Na verdade, a grande maioria dos bens ambientais ou ecológicos possuíam até pouco tempo atrás, preço zero e, em alguns casos, chegavam até mesmo a ter preços negativos. Na década de setenta, por exemplo, as propriedades situadas na Amazônia brasileira que já estivessem desmatadas eram vendidas por um preço muito maior do que aquelas onde ainda houvesse florestas virgens. Isto porque o governo brasileiro à época oferecia vantagens e incentivos para a agricultura, a pecuária e o assentamento de colonos, induzindo desta forma o desmatamento rápido da região.

Hoje a maioria destes bens, entre eles, a fauna, a flora, as florestas, os recursos hídricos, o ar puro, possuem preços positivos e seus mercados, antes inexistentes, tornaram-se bastante atraentes e lucrativos. Surgem novas oportunidades de negócios, *ecobusiness*, e os setores produtivos atentos a esta nova realidade passam a incorporar a variável ambiental em seus processos produtivos, isto quando não se trata, o próprio bem ambiental, de ser o produto principal da firma.

Contudo, em questões de sustentabilidade ambiental, a tônica de mercado e a *rationale* estritamente econômica não são suficientes para o estabelecimento de novos paradigmas nem tampouco para proposição de políticas públicas. O tema ambiental requer ainda, e sobretudo, profundas considerações de ordem ética.

De qualquer forma, tal como já mencionado, a demanda por bens ambientais parece aumentar na medida em que as sociedades se tornam mais afluentes e estáveis política e economicamente. Isto traz um certo alento aos ambientalistas. Todavia, o problema ambiental não estará automaticamente resolvido com a eliminação da pobreza em nosso mundo. Primeiro, porque muitas das perdas ambientais, como por exemplo, a extinção de espécies, são de natureza irreversível, isto é, não poderão ser reparadas no futuro. Segundo, porque, mesmo nos países e sociedades mais afluentes, pode-se observar a persistência de padrões equivocados de produção e consumo, onde o desperdício, o exagero, e a poluição desafiam quaisquer conceitos de sustentabilidade.

Em sendo assim, uma vez que as exigências e legislações ambientais nos países ricos são mais restritivas e o grau de informação e conscientização da população é maior do que na maioria dos países em desenvolvimento, a questão ambiental torna-se vital para a garantia da competitividade dos produtos exportados para os países ricos.

Neste contexto, os impactos que as exigências ambientais podem ter em países do Terceiro Mundo tem suscitado preocupações em diversos organismos internacionais e vêm sendo debatidos exaustivamente em recentes encontros, seminários, e congressos.

A título de exemplo, tomemos o Workshop Brasil-Noruega intitulado “Produção e Consumo sustentáveis: Padrões e Políticas”, ocorrido em Brasília no mês de novembro de 1996. Estas preocupações ficaram patentes no relatório final do encontro (documento que foi formalmente enviado para as Nações Unidas):

“É preciso se garantir que políticas destinadas a tornar a produção e o consumo mais sustentáveis nos países industrializados, por exemplo, introdução de um sistema de rotulagem ambiental, não sejam usadas de forma arbitrária ou discriminatória contra países em desenvolvimento, nem sejam transfiguradas em barreiras à entrada, isto é, como formas de protecionismo dos países desenvolvidos. É preciso dar o tempo e o auxílio necessários para que os países mais pobres se adaptem às novas regras. O destino da globalização depende de sua legitimidade, isto é, da sua capacidade de manter e promover direitos humanos e democráticos, equidade social e justiça, e não meramente responder ao critério da eficiência técnico-econômica ou de imposições circunstanciais e protecionistas.

Em termos de comércio internacional,(...), não se deve aceitar que o sistema de rotulagem ambiental fique atrelado aos interesses protecionistas de alguns países desenvolvidos” [Workshop Brasil-Noruega, Relatório Final, 1996].

Esta preocupação com os países menos desenvolvidos encontra-se presente no seio mesmo das Nações Unidas. Eric Brandsma, da Divisão de Desenvolvimento e Coordenação de Políticas da ONU reafirma o que foi dito:

“É preciso explicitar ainda, que as Nações Unidas mantêm uma preocupação especial quanto aos impactos que políticas ambientais tomadas pelos países industrializados possam ter nos países em desenvolvimento. Os prós e os contras precisam ser avaliados e as perdas minimizadas. Não se pode aceitar políticas que impeçam novas oportunidades aos países menos desenvolvidos.

Um exemplo do que está escrito acima aconteceu em 1989 na Alemanha. Este país proibiu que se utilizasse o PCF (pentaclorofenol) em sua economia. Este produto, porém era

largamente utilizado na indústria do couro na Índia. Seguindo os passos da Alemanha, os Estados Unidos e a Escandinávia também proibiram este produto. A Índia precisava portanto, urgentemente, naquela ocasião, de informação para testar novas alternativas que substituíssem o PCF.

Indo um pouco além, os sistemas de rotulagem ambiental e a implementação da ISO 14000, que reúne uma série de normas para a gestão ambiental, também podem ter impactos negativos nas exportações de países em desenvolvimento, especialmente nas micro, pequenas empresas, e, por isso, fazem parte do conjunto de preocupações das Nações Unidas” [Brandsma, in Ribemboim, 1997].

Um breve comentário sobre o papel da OMC/GATT

Outro organismo internacional, desta feita ligado diretamente à questão do comércio internacional, a Organização Mundial do Comércio, OMC, tem se esforçado para estabelecer regras claras no tocante às restrições às importações por propósitos ambientais.

A partir de 1994, ao final da na chamada “Rodada Uruguai”, o GATT sob os auspícios da então recém-criada OMC, transforma-se numa espécie de “palco privilegiado para a disputa política entre marcas regulatórios nacionais, muito mais do que para discussões técnicas sobre condições de acesso a mercados específicos. Esta reorientação se coaduna ao contexto de globalização, em que se aprofunda a integração dos mercados, e os diferentes de competitividade internacional passam a acusar a importância crescente dos fatores de concorrência construídos pelos governos, notadamente o sistema legal/institucional” [Togeiro de Almeida, 1996].

E, à despeito do receio de que o tema ambiental pudesse vir a conturbar ainda mais a já difícil Rodada Uruguai, isto acabou efetivamente acontecendo, com destaque para o famoso *Pannel* do Atum/Golfinho, envolvendo México e Estados Unidos, e que relacionava-se justamente com o uso de restrições comerciais por motivos ambientais. Os EUA alegavam que a pesca do atum no México causava a mortandade de golfinhos.

A partir deste *Pannel*, quando o México obteve ganho de causa, a posição do GATT/OMC pareceu tomar uma direção inequívoca; restrições comerciais motivadas por questões ambientais só encontrariam respaldo no órgão quando se tratasse de restrições baseadas nas características do produto final, seu consumo e ulterior descarte de embalagens e resíduos, enquanto que inferências sobre o modo ou processo em que o produto foi gerado não poderiam servir de argumento para restrição ao comércio, isto é, métodos diferentes de produção não tornam os produtos finais diferentes. Assim, poder-se-ia dizer que barreiras de produto seriam “GATT-compátíveis” enquanto que barreiras de processo seriam “GATT-incompátíveis”. Restrições sobre embalagens por exemplo, seriam GATT-compátíveis e permitiriam o soerguimento de barreiras não tarifárias para propósitos ambientais.

Desta forma, a OMC procurava salvaguardar três dos princípios mais acatados internacionalmente, em termos de comércio internacional, o “Princípio de Nação Mais Favorecida”, ou seja, não discriminação por país de origem, o “Princípio de Tratamento Nacional”, ou seja, não discriminação do similar nacional, e o “Princípio da Territorialidade”, que pode ser traduzido da seguinte forma: o GATT só deve atuar em matéria *cross-border*, resguardando o comércio internacional de práticas protecionistas.

Por sua vez, em se tratando de problemas ambientais globais, que extrapolem as fronteiras do país exportador, o GATT recomenda que o problema seja preferencialmente tratado por acordos multilaterais (*Multilateral Environmental Agreements, MEAs*), e não se posiciona claramente sobre o emprego de barreiras comerciais como instrumento de *enforcement* destes acordos¹.

Mais recentemente, em novembro de 1996, o Comitê para Meio Ambiente e Comércio Internacional, que havia sido estabelecido pelo Conselho Geral da OMC em janeiro de 1995, estabeleceu sua agenda de trabalho em torno dos itens principais a respeito dos entrelaçamentos existentes entre comércio e meio ambiente. Esta agenda foi aprovada na Reunião Ministerial de Singapura, e destacou mais uma vez o comportamento “macro” do órgão:

“WTO Member governments are committed not to introduce WTO-inconsistent or protectionist trade restrictions or countervailing measures in an attempt to offset any real or perceived adverse domestic economic or competitiveness effects of applying environmental policies; not only this undermine the open, equitable and non-discriminatory nature of the multilateral trading system, it would also prove counterproductive to meeting environmental objectives and promoting sustainable development [World Trade Organization, Committee on Trade and Environment, 1996].

A série de normas ISO-14.000

As normas de gestão ambiental poderão ter impactos significantes no comércio internacional respeitadas as regras determinadas pela OMC. Dentre estas normas as mais importantes e solicitadas são as da série ISO-14.000, elaboradas pela *International Standardization Organization*, as quais contêm normas referentes tanto aos processos produtivos quanto aos produtos e serviços finais das firmas.

As normas de processo destinam-se a orientar as empresas na condução de um sistema de gestão ambiental e estabelecem mecanismos para a sua auditoria e avaliação. A certificação ambiental de empresas difere, portanto, da de produtos. A primeira

¹ Entretanto, dois acordos gerados no encontro e conhecidos como TBT e SPS (*Technical Barriers on Trade e Sanitary and Phitosanitary*) lançaram uma série de dúvidas sobre a orientação liberal do GATT, acomodando questões de extraterritorialidade. Ambos os acordos, segundo Togueiro de Almeida, “incentivam as partes contratantes e aplicarem padrões internacionais nas suas práticas comerciais desde que isto não signifique uma medida protecionista disfarçada” [Togueiro de Almeida, 1996].

focaliza o processo de produção, o modo como o bem final foi produzido. Se o processo foi poluente, se gerou desperdícios de matéria-prima, se consumiu energia em demasia, se os empregados estavam sujeitos a condições desfavoráveis etc. A certificação de produtos, por sua vez, tenta estabelecer uma hierarquia de excelência com relação aos impactos ambientais entre produtos semelhantes, mas produzidos por diferentes empresas. Assim, leva-se em consideração, dentre diversos fatores, a durabilidade do produto, os insumos que utilizou, a forma como é distribuído, sua embalagem e os resíduos que advém de seu consumo.

Vários países já implementaram sistemas de certificação ambiental, dentre eles podemos citar a Alemanha, com o “*Blue Angel*”; a França, com o “*NF-environment*”; o Canadá, com o “*Environmental Choice*”; os países da Escandinávia, através do “*White Swan*”; o Japão, com o “*Eco Mark*”; e o Reino Unido, com a famosa série *BS 7750*, a qual foi a precursora maior da ISO-14.000.

Como já foi visto nos parágrafos referentes ao comportamento da OMC, é possível que estes sistemas de certificação possam representar o acesso ou não de empresas a mercados externos.

Por outro lado, é preciso se destacar que *“ainda que possam ser pleiteados por empresas situadas em qualquer país, estes certificados revestem-se, todavia, de uma distorção: as condições exigidas para a sua obtenção são adequadas às características naturais e ao estágio de desenvolvimento técnico-científico dos países onde foram criados”* [Cunha Oliveira, 1997]. Daí os riscos de que os sistemas de certificação ambiental possam gerar barreiras não-tarifárias ao comércio internacional, em prejuízo maior para os países exportadores do Terceiro Mundo.

No Brasil, a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), entidade vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia, criou o Projeto de Certificação Ambiental da ABNT, e atuou decisivamente no Comitê Técnico 207, TC 207, que trata da série ISO-14.000. O TC 207 foi subdividido em grupos consoante os tópicos: gestão, auditoria, rotulagem, avaliação de desempenho, análise de ciclo de vida, termos e definições, aspectos ambientais em normas e produtos, etc.

Durante a IV Reunião Plenária do TC 207, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1996, discutiu-se as dificuldades de implementação da ISO 14000 por pequenas e médias empresas, a necessidade de se criar normas específicas para manejo florestal sustentável e a simplificação do processo de autoria de sistemas de gestão ambiental.

Em 1996 foram publicados várias normas da série ISO 14000 e a ABNT tratou de publicar imediatamente as similares brasileiras “NBR ISO 14000”. A adoção destas normas por um número significativo de empresas brasileiras representará um grande avanço em termos de proteção ambiental e inserção no comércio internacional. Até o final de 1996, dez empresas brasileiras já possuíam a certificação.

O caso das exportações brasileiras de camarão para os EUA

O Dispositivo para Escape de Tartarugas, conhecido pela sua sigla em inglês TED (Turtle Excluder Device), é um aparato instalado nas redes de pesca do camarão necessário para propiciar o escape e salvamento de tartarugas marinhas que ficam eventualmente trapeadas nas redes.

A legislação norte-americana exige que países que exportam camarão para os EUA façam uso do TED nas redes de pesca de camarões, com algumas exceções relacionadas com a pesca artesanal de pequena escala². Talvez receoso de perder o mercado norte-americano, em abril de 1994, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, IBAMA, emitiu portaria exigindo o uso de TED's na pesca do camarão rosa em embarcações com mais de 10 metros de comprimento.

Segundo os critérios da OMC já expostos anteriormente, restrições ao comércio do camarão não podem ser feitas baseando-se no processo de pesca. Contudo há de se admitir que a maioria das tartarugas marinhas pertencem a espécimes migratórias, muitas das quais transitam no litoral brasileiro e percorrem enormes distâncias, nadando até países como a Austrália, o Japão e os EUA. Sendo assim, os norte-americanos podem alegar que a mortandade das tartarugas se constituiria num problema ecológico internacional e não apenas brasileiro.

Em 28 de abril de 1995, o Brasil obteve a certificação como exportador de camarão para os EUA, entretanto, ficou ressalvado que esta certificação poderia ser suspensa a qualquer momento caso ficasse comprovado que os barcos brasileiros estariam provocando a mortandade de tartarugas. Esta mortandade não ficou comprovada, porém o Brasil teve cassada a sua certificação e em dezembro de 1996 foi proibida a importação de camarões provenientes do Brasil, pois foi constatado por uma missão norte-americana que alguns barcos pesqueiros não estavam fazendo uso dos TED's.

É importante salientar que neste caso, o embargo se deu atendendo reivindicações autenticamente ambientalistas dos norte-americanos e não como algum tipo de medida protecionista ao mercado interno.

Na verdade, a discussão sobre o uso dos TED's já vem de algum tempo. Na Reunião de Huatulco, México, sobre o projeto da Convenção de Proteção e Conservação das Tartarugas Marinhas no Hemisfério Ocidental este assunto foi amplamente discutido. Os Estados Unidos e México se posicionaram a favor da obrigatoriedade do uso, e os restantes 21 países presentes à reunião se posicionaram contra.

² A seção 609 da lei pública norte-americana PL-101-162 (conhecida como "Section 609") proíbe a importação pelos EUA de camarão que tenha sido pescado de forma prejudicial às espécies de tartarugas marinhas a menos que o Departamento de Estado comprove a existência no país exportador, de um programa de proteção às tartarugas compatível com o programa existente nos EUA, ou que não haja populações de tartarugas nas áreas de pesca. Em outubro de 1996 a Corte de Comércio Internacional dos EUA reviu a sua decisão e emitiu novo parecer permitindo que possa ser importado pelos EUA, o camarão de países ainda não certificados, desde que pescado de criatórios (e tenham mais do que 30 dias de cativeiro) ou que provenha de barcos pesqueiros que utilizem redes recolhidas por meio manual e que estejam, desta forma, dispensados do uso de TED's. Esta nova decisão beneficiou países como a China (em vias de obter a certificação), a Tailândia, e o Paquistão.

Respondendo aos compromissos assumidos em encontros internacionais e com base na Convenção (atualmente denominada de Convenção Interamericana para a Proteção e Conservação das Tartarugas Marinhas), o IBAMA emitiu portaria em 19 de fevereiro de 1997 instituindo a obrigatoriedade de uso dos TED's em todas as embarcações camaroneiras com mais de 11 metros de comprimento, independentemente da espécie de camarão pescado, excetuando-se aquelas que recolham suas redes por meio natural.

Em 21 de março de 1997 o Brasil, por intermédio do embaixador em Caracas, assinou a Convenção de Proteção às Tartarugas. Consequentemente, o embargo foi suspenso pelo governo norte-americano em 2 de abril, emitindo nova certificação para o Brasil, válida até 1 de maio de 1998, a qual foi renovada, mas que permite uma suspensão a qualquer momento caso se venha a constatar o descumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil.

A título de informação, é válido se lembrar que o Brasil mantém um programa de proteção às tartarugas marinhas, o Projeto Tamar, que já conta com 15 anos de existência, 22 bases de operação e que já introduziu mais de 2 milhões de filhotes de tartarugas no habitat natural.

O setor florestal brasileiro

Durante séculos as florestas da Europa e da América do Norte supriram a demanda mundial por produtos florestais, entre eles, a madeira e o papel. A grande abundância de florestas, a proximidade aos grandes centros consumidores e a grande oferta de capital para o financiamento da indústria eram, e em boa medida ainda continuam sendo, as principais vantagens em relação ao Sul.

A situação agora já não é tão cômoda e parece se reverter com o fortalecimento dos grupos ambientalistas apaixonados pelas florestas e fazendo, o Sul, uso de sua principal vantagem comparativa: o clima propício ao crescimento mais rápido.

Entretanto, as empresas do Norte ainda dominam o mercado mundial de produtos florestais, que movimenta algo em torno de 330 bilhões de dólares por ano e prevê um aumento de 20% de crescimento do mercado de madeira industrial para os próximos 12 anos.

Segundo *The Economist* (apud. Gazeta Mercantil, 3 de setembro 1996, página 2), “O mercado de papel e celulose, notório por seus preços muito flutuantes, deverá se expandir a uma velocidade especialmente acelerada. Os países em desenvolvimento consumirão mais material impresso à medida que melhorar o índice de alfabetização. (...) Nos países ricos, admite-se, a expansão da demanda de papel proveniente de fontes virgens foi limitada pela disseminação da reciclagem. Mas diversas firmas de produtos florestais, como a Weyerhaeuser nos Estados Unidos, transformaram isso em vantagem ao ingressar elas mesmas no ramo da reciclagem. (...) Isto, entretanto, pouco conforta em comparação à ‘ameaça’ bem maior à indústria apresentada pelo

ambientalismo. Batalha após batalha no hemisfério Norte, as empresas florestais, perderam para a coruja manchada, índios e outras causas parecidas”.

No Brasil, várias iniciativas já vem sendo tomadas para aumento da produtividade florestal e conquista dos mercados do Norte, tanto na linha de políticas públicas específicas ou integradas à outros setores, quanto no tocante a medidas de reestruturação e aumento de produtividade no seio mesmo das próprias firmas. Da antiga e superada política de ocupação da Amazônia às novas políticas de aproveitamento da floresta para uso múltiplo que vem sendo empreendida pelo Governo. A idéia central é se quantificar e embutir em seu preço final, o valor total da floresta, levando em conta um amplo espectro de produtos e serviços que podem ser dela obtidos, e assim, tentar-se eliminar o desperdício e a superexploração dos recursos florestais. Com relação ao setor de florestas plantadas, o governo brasileiro acredita que o aumento da produtividade neste segmento, assim como nas atividades agropastoris, é fundamental para aliviar as pressões sobre florestas nativas. Dentre as iniciativas recentes tomadas pelo governo, destacam-se, segundo Prado[1997]:

- A incorporação dos princípios do manejo florestal sustentável na legislação que regulamenta a exploração da floresta na bacia amazônica (Decreto 1.282 de 19.10.94).
- O reconhecimento de que medidas regulatórias de comando e controle (C&C) eram insuficientes para a conservação e para a produção florestal sustentável, tendo sido efetivadas medidas de suspensão ou eliminação de estímulos econômicos indiretos que acentuavam a exploração predatória e inadequada dos recursos florestais (por exemplo, a eliminação de incentivos fiscais a projetos agropecuários em áreas florestais da Amazônia; a eliminação de subsídios ao crédito rural para a agricultura em geral).
- O estabelecimento do “Protocolo Verde”, segundo o qual os bancos oficiais federais passam a incorporar de forma efetiva a variável ambiental em seus procedimentos de gestão e concessão do crédito.
- O destacado papel do Brasil em fóruns internacionais, na discussão da questão florestal, particularmente na criação do Painel Intergovernamental de Florestas da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU.
- Ratificação pelo Brasil da Convenção de Biodiversidade e o Decreto Presidencial estabelecendo o PRONABIO (Programa Nacional da Diversidade Biológica).

Paralelamente às iniciativas governamentais, a Sociedade Brasileira de Silvicultura, SBS, entidade não governamental que congrega a maior parte das empresas do setor florestal no Brasil, também vem se mobilizando para a obtenção de performances sustentáveis e competitivas a nível internacional e criou o CERFLOR, Certificado de Origem de Matérias Primas Florestais, cujo objetivo é assegurar que os processos produtivos atinjam padrões ambientais satisfatórios aos importadores de produtos florestais brasileiros. Uma proposta conjunta e mais abrangente de certificação, envolvendo o Ministério do Meio Ambiente, a SBS, e ONG's ambientais está se delineando atualmente e deverá ser lançada muito em breve.

De qualquer forma, o setor florestal brasileiro dá sinais de plena vitalidade. No caso da produção de madeira nativa na Amazônia, por exemplo, que atualmente é transformada industrialmente na própria região (assegurando uma maior agregação de valor ao produto), a parcela exportada atinge cifras superiores a meio bilhão de dólares. Paralelamente ao crescimento da exportação, passa a ocorrer uma maior diversificação de tipos de madeiras e uma melhoria significativa de eficiência e das técnicas de manejo.

A melhoria dos resultados na Amazônia pode ser estendida para o restante do país, principalmente para o segmento de florestas plantadas. O país está tirando proveito das vantagens comparativas e dos avanços da silvicultura. Cabe lembrar que o país se tornou o maior produtor mundial de celulose de fibra curta (eucalipto), com cerca de 50% da produção mundial, e o décimo-primeiro produtor mundial de papel, sendo o terceiro maior exportador mundial deste produto (1995). Em 1995, as exportações brasileiras de celulose chegaram a US\$ 1,5 bilhões, as de papel, US\$ 1,2 bilhões. O setor de base florestal, incluindo madeira nativa e plantada, papel e celulose, soma cerca de US\$ 3,9 bilhões, o que corresponde a 8,5% do total das exportações do Brasil naquele ano.

Contudo, os avanços futuros do setor e a sua inserção cada vez mais competitiva e sustentável no mercados globais requerem um continuado esforço de aprimoramento da silvicultura, paralelamente ao estabelecimento de políticas integradas na área fiscal e tributária, de crédito e financiamento, e sobretudo, na “criação de um quadro de escassez econômica da madeira nativa; haja visto que o valor da madeira em pé ainda é muito baixo, favorecendo o desperdício, o desmatamento e minando as intenções de manejo florestal sustentável”[Prado, 1997].

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDSMA, E., Produção e Consumo Sustentáveis: Um Enfoque Internacional, in Ribemboim, J.A., “Mudando os padrões de produção e consumo (textos para o século XXI)”, Ed. UNDP, Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Brasília, 1997.
- CUNHA OLIVEIRA, C.E., “O Brasil e a ISO 14000”, mimeo. Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 1997.
- GAZETA MERCANTIL, Concorrência Norte-Sul no setor florestal apud The Economist, São Paulo, 03/09/96.
- MAY, P.H., “O setor financeiro privado internacional e o meio ambiente: o caso do Brasil”, mimeo, I Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, Campinas, dezembro de 1996.
- PRADO, A.C. do, Uso Sustentável dos Recursos Florestais no Brasil, in Ribemboim, J.A., “Mudando os padrões de produção e consumo (textos para o século XXI)”, Ed. UNDP, Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Brasília, 1997.
- RIBEMBOIM, J.A., Mudando os Padrões de Produção e Consumo in Ribemboim, J.A. “Mudando os padrões de produção e consumo (textos para o século XXI)”, Ed. UNDP, Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Brasília, 1997.
- WTO, “Report (1996) of the Committee on Trade and Environment” WT/CTE/1, 12 November 1996, World Trade Organization.

TOGEIRO DE ALMEIDA, L., “Harmonização internacional de políticas ambientais: um compromisso da OMC”, mimeo, I Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, Campinas, dezembro de 1996.